

MOÇÃO DO CONSUN SOLICITA REABERTURA DE DISCUSSÃO SOBRE A DELIBERAÇÃO 03/2023 DO CONSAD

A principal discussão do Conselho Universitário de setembro girou em torno dos efeitos negativos da Deliberação 03/2023 do Consad que precariza os contratos dos docentes ingressantes na PUC-SP a partir de 13 de julho de 2023.

A professora Marli Pitarello, diretora da Faculdade de Ciências Sociais, leu um resumo do documento “Diagnósticos e Proposições da Faculdade de Ciências Sociais sobre a Deliberação Consad 03/2023”. O documento apresenta uma análise de uma Comissão da Faculdade que examina em profundidade a situação da Graduação e Pós daquela unidade sobre as consequências da aplicação da deliberação nestes últimos três anos.

O documento aponta, na Graduação, “como a nova sistemática de enquadramento contratual e composição de horas afeta a remuneração, gera fragmentação do corpo docente, eleva o risco de alta rotatividade de professores qualificados e cria incertezas quanto à isonomia e conformidade trabalhista, solicitando a abertura de um processo de revisão dessas regras”. Já na Pós-graduação o

texto enfatiza “a precarização das condições de trabalho e os riscos iminentes de não atendimento às exigências mínimas da CAPES quanto à dedicação docente. Alerta para o perigo de descredenciamento de programas.”

Na sua fala, a professora defendeu a necessidade de revisão da Deliberação e citou o constrangimento de professores novos recém-admitidos quando tomam conhecimento de que seu salário ficará em torno de R\$39,00 por hora/aula. Essa situação tem como consequência a desistência do ingressante da docência na PUC-SP tão logo encontre uma instituição de ensino com melhor condição de trabalho.

Os conselheiros foram unânimes nas críticas à Deliberação, solidarizando-se à posição da Faculdade de Ciências Sociais. Os estudantes também se manifestaram criticamente à situação. O representante discente João

Arthur Berthe afirmou que, durante as recentes manifestações estudantis, os discentes levaram suas preocupações à Fundasp quanto aos efeitos da Deliberação sobre a qualidade do ensino ministrado na instituição. Mas o padre Rodolpho Perazzolo, diretor-executivo da Fundasp, afirmou que a deliberação não será modificada, uma vez que ela é peça fundamental para a sustentabilidade da instituição.

Ao final da discussão, o plenário aprovou uma moção do Conselho a ser enviada à mantenedora, solicitando a reabertura da discussão sobre a Deliberação. O documento da Faculdade de Ciências Sociais será enviado às demais unidades da PUC-SP, para que seja discutido pelos Conselhos de Faculdade e suas conclusões possam alimentar o próximo Consun.

Quardas da Derdic

A representante discente da

Faculdade de Direito, Anne Silva, leu uma carta dos estudantes daquela unidade solicitando esclarecimentos à Fundasp sobre a utilização da área esportiva da Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação, Derdic, localizada no Ibirapuera.

Segundo reportagem publicada pela Folha de S.Paulo, no dia 27/09 “A Prefeitura de São Paulo abriu um processo administrativo para apurar o suposto funcionamento de uma escola de tênis em uma área cedida pelo município à PUC-SP”. A área é uma concessão da Prefeitura à PUC-SP mas, segundo a reportagem, estaria sendo alugada à empresa PlayTennis, que utilizaria o espaço comercialmente para ministrar aulas de tênis.

A professora Patricia Jundi Penha, diretora da Faculdade de Ciências Humanas

**Continua na
próxima página**

**Veja ainda a edição especial com a posição
sobre as eleições da AFAPUC e APROPUC**

<https://bit.ly/4yzOMqg>

Continuação da página anterior

e da Saúde, unidade à qual a Derdic está subordinada, esclareceu alguns pontos sobre o funcionamento da Derdic e suas relações com outras empresas. Porém, os conselheiros, em sua maioria, optaram por aprovar um encaminhamento

solicitando esclarecimentos à Fundasp sobre o funcionamento da Derdic.

O representante discente João Berthe cobrou uma postura mais ativa do Consun, que hoje dedica uma parte considerável de seu tempo para a discussão de títulos honoríficos e reformas curriculares, enquanto temas mais canden-

tes da universidade ficam reservados para outros assuntos. Para o conselheiro, trata-se de reestabelecer a autonomia do Conselho, dedicando mais espaço à discussão das deliberações da Fundasp ou assuntos ligados à qualidade do ensino ministrado na Universidade.

A vice-reitora, professora Carla Longhi, que comandou a

reunião devido à ausência do reitor, professor Vidal Serrano, informou também sobre os resultados parciais das inscrições no Vestibular, que foram considerados animadores pela professora. A vice-reitora também informou sobre as discussões em andamento para que a universidade passe a ter os horários de aula unificados.

Estudantes se reúnem novamente com a Fundação São Paulo

No dia 01/10, os representantes dos coletivos e CA's participaram da segunda reunião com o Diretor-Executivo da Fundação São Paulo, Padre Rodolpho Perazzolo. Na primeira reunião, o Diretor afirmou que iria avaliar as reivindicações propostas pelos estudantes. Já nesta segunda reunião, o Padre Rodolpho passou a descaracterizar as reivindicações: propôs que apenas os bolsistas integrais sejam contemplados com o direito à bolsa alimentação, por exemplo.

No que diz respeito ao conge-

lamento ou reajuste das mensalidades, conforme a inflação, novamente o Pe. Rodolpho afirmou "para congelar mensalidade, precisa congelar salário. Tudo bem?". Os ânimos se exaltaram nesse tema. Os estudantes questionaram também sobre a infraestrutura do campus. Mas nada foi concluído.

Houve uma tentativa de intimidação por parte da Fundação, ameaçando processar os estudantes que estavam protestando legitimamente no térreo por melhores condições de ensino em uma das univer-

sidades mais prestigiadas e caras do país.

Na próxima reunião, que acontecerá na semana que vem, o Diretor Executivo apresentará a contraproposta por escrito para a assinatura da comissão dos estudantes.

A depender do que virá, o movimento estudantil seguirá aguardando para saber quais rumos tomarão a respeito da crise de gerenciamento por parte da mantenedora. O curso de Direito, em sua assembleia de terça, 29/09, optou pela paralisação na

quinta-feira, 01/10, e na sexta-feira, 02/10. Os outros cursos também estão realizando suas assembleias.

A reunião terminou com o Pe. Rodolpho se levantando antes de discutir todas as pautas porque precisava conceder uma entrevista. E um dos alunos questionou "a entrevista é mais importante?" Para os estudantes, a Fundação desconsidera seus estudantes esquecendo-se que os estudantes são a razão e a função social de uma universidade.

Encontro de ex-alunos e profissionais marcam os 90 anos do Serviço Social no Brasil

O curso de Serviço Social da PUC-SP criado em 1936 e pioneiro no Brasil reuniu no dia 12/09, várias gerações de ex-alunos, para celebrar a trajetória de 90 anos. O encontro reuniu ex-estudantes e representantes do Centro Acadêmico de Serviço Social da PUC-SP ao longo das décadas de sua existência. Para celebrar, foi realizado um grande encontro com coffee break. Durante o evento, participantes manifestaram preocupação com o futuro da graduação, que atualmente conta com apenas duas turmas. A mobilização resultou na criação de um comitê permanente, que deverá atuar na elaboração de estratégias para fortalecer o

curso, como a isenção da taxa de inscrição do vestibular para estudantes, que em sua maioria são provenientes de escolas públicas, e a solicitação de bolsas. A trajetória do curso é marcada pelo pioneirismo: foi o primeiro do país e também criou o primeiro programa de pós-graduação da área. Teve participação na construção das Diretrizes Curriculares de Serviço Social e na formação de profissionais africanos de países de língua portuguesa e de indígenas de diferentes etnias. Ao final do encontro, uma moção em defesa da graduação foi apresentada, recebendo manifestações de apoio e agradecimento de alunos e ex-alunos.



Ex-alunos do curso reunidos no auditório 333

APROPUC 50 ANOS

Anos 1990: a década em que defender o professor era defender a Universidade

salários, direitos, contrato docente, autonomia e pesquisa: as páginas do PUCviva mostram como a luta da APROPUC na década de 1990 ultrapassou a defesa das condições de trabalho e se tornou também a defesa da Universidade

Para quem trabalhava na PUC-SP nos anos 1990, a crise financeira da Universidade tinha efeitos concretos: perdas salariais, atrasos, dificuldades de negociação e ameaças a direitos conquistados. Porém, as páginas do PUCviva, jornal que acompanhou as mobilizações de professores e funcionários, mostram que a história daquela década não pode ser contada apenas como uma sucessão de campanhas salariais. Ao longo dos anos, as lutas da APROPUC envolveram também o contrato docente, as condições de ensino e pesquisa, a autonomia universitária, a participação democrática da comunidade e o próprio projeto de Universidade.

No início da década, recuperar perdas e garantir direitos básicos estava no centro da mobilização. Em 1992 a crise já atingia diretamente os trabalhadores. Em outubro, os professores e funcionários administrativos entraram em greve contra a intervenção da Fundasp e chegaram a ocupar o câmpus naquela que foi a maior greve da história da universidade. A APROPUC, juntamente com a AFAPUC esteve à frente do movimento, que além de reivindicar reposição de perdas salariais e pagamento de parcelas do 13º salário, lutava contra a intervenção da Fundasp, que pretendia intervir na universidade com a nomeação do professor Vicente Benzinelli como seu interventor. A vitória da greve de 66 dias deu origem ao movimento PUCviva que foi um marco na luta pela autonomia universitária.

Em 1994, a luta ganhou outra dimensão. Em janeiro, a Reitoria anunciou que pretendia extinguir o Acordo Interno, colocando em risco a estabilidade durante o ano letivo e o pagamento das férias de julho com adicional de um terço, além de outras conquistas. Entre o final de março e o início de abril, os professores entraram em greve. Exigiam reposição salarial, mas, acima de tudo, uma negociação com interlocutores com poder de decisão. A luta daquele período já anunciava uma característica que atravessaria toda a década: era preciso não apenas conquistar novos direitos, mas tam-

bém defender aqueles já conquistados.

A partir de 1995, essa dimensão ganhou força. Um novo Acordo Interno foi negociado, preservando a estabilidade anual, mas outra questão passou a ocupar espaço central nas discussões: o contrato docente. Estavam em jogo jornada de trabalho, pesquisa, extensão, número de alunos por turma e as condições concretas para o exercício do trabalho docente.

A maioria dos professores era contratada por tempo de trabalho, embora existissem poucos docentes em regime de hora-aula. Para a APROPUC, portanto, a discussão sobre o contrato não se reduzia a uma questão administrativa, tratava-se de definir o que seria considerado trabalho docente e quais condições seriam necessárias para que ensino e pesquisa permanecessem articulados.

A disputa chegou a um ponto decisivo em 1996. A proposta apresentada pela Reitoria foi entendida pela APROPUC como uma ampliação da lógica da hora-aula e um recuo em relação a conquistas históricas. O CEPE rejeitou a proposta, o Conselho Universitário desistiu de votá-la e a Deliberação 65/78 continuou em vigor. O episódio tornou evidente que a discussão sobre remuneração e jornada estava ligada a uma questão mais ampla: que modelo de trabalho acadêmico a Universidade pretendia preservar.

A disputa pelo projeto de Universidade

A defesa das condições de trabalho se articulou, durante a década, à defesa da autonomia e da democracia universitária. Em dezembro de 1995, o Conselho Universitário incorporou nos Estatutos a eleição direta para reitor. Em 1996, os novos Estatutos retiraram do grão-chanceler o poder de vetar a contratação de professores e a indicação de dirigentes.

Essas mudanças não estavam isoladas das demais lutas. A participação da comunidade nas decisões, a autonomia da Universidade, a preservação da pesquisa e a qualidade do ensino apareciam, nas páginas do PUCviva, relacionadas à defesa dos direitos dos trabalhadores. Para a APROPUC, discutir as condições de trabalho significava também discutir como a Universidade desenvolveria seu projeto acadêmico.

A mobilização, entretanto, não foi linear. Depois das grandes mobilizações de 1993 e 1994, houve períodos de desmobilização. Em 1997, o mandato da diretoria da APROPUC, vencido desde 1995, havia sido prorrogado duas vezes em razão da baixa participação. A eleição daquele ano marcou uma tentativa de reorganização da associação.

A retomada da organização ocorreu justamente quando a crise começava a atingir os direitos de maneira mais recorrente. Em 1997, o atraso do adicional de férias levou a APROPUC a recorrer à Delegacia Regional do Trabalho e posteriormente à Justiça do Trabalho. A negociação continuava sendo um instrumento central, mas passava a ser acompanhada de mobilização e ações jurídicas.

Quando a crise muda de escala

A partir de 1997, a crise financeira passou a atingir os salários de forma recorrente. Em 1998, ela chegou a um novo patamar e passou a organizar grande parte da relação entre a administração e as associações.

A Reitoria apresentou um pacote de contenção de despesas em outubro. No mês seguinte, surgiu uma proposta de redução drástica dos recursos destinados à pesquisa: o FAP/CEPE, que tinha previsão de R\$ 2,5 milhões em 1998 (valores da época), passaria a receber R\$ 540 mil anuais. A dimensão do corte transformava a pesquisa em um dos pontos centrais do conflito.

A questão financeira, assim, deixava de

ser apenas uma discussão sobre salários. Passava a envolver diretamente as condições de funcionamento da Universidade. Para a APROPUC, pesquisa e ensino eram dimensões indissociáveis do trabalho docente e a contenção de despesas não deveria significar a descaracterização do modelo acadêmico da PUC-SP.

No final de 1998, a crise atingiu diretamente o pagamento dos professores. Apenas 75% do salário de outubro foi pago. Os funcionários entraram em greve em dezembro e a mobilização alterou a proposta de parcelamento do 13º. O episódio mostrou que, mesmo em um período marcado por dificuldades de mobilização e por uma crise financeira cada vez mais grave, a ação coletiva ainda podia produzir resultados.

1999: quando o salário deixa de ser garantido

Em 1999, a crise financeira torna-se ainda mais evidente. O 13º referente ao ano anterior foi parcelado, os salários passaram a ser pagos em partes e a APROPUC voltou a mobilizar os professores.

Em março, uma paralisação dos docentes levou à criação do Fórum Permanente de Debates e Mobilização. A APROPUC também recorreu à Justiça para cobrar multas e correções decorrentes dos atrasos salariais. A mobilização combinava, novamente, diferentes instrumentos: assembleias, paralisação, negociação e ações judiciais.

Um dos episódios mais emblemáticos ocorreu em junho. Sem crédito disponível nos bancos, a Reitoria propôs que os próprios professores contratassem empréstimos pessoais para receber o 13º, com posterior pagamento pela mantenedora. A assembleia rejeitou a proposta e os advogados da entidade apontaram os riscos civis e trabalhistas de transferir aos professores uma obrigação da instituição. Duas semanas depois, a Reitoria retirou a proposta.

A negociação salarial também mostrou os limites impostos pela crise. O acordo de 1999 previa 2,5% de reajuste a partir de dezembro, enquanto os 18,27% devidos seriam compensados em até 36 meses. A solução representava, ao mesmo tempo, uma negociação possível diante da situação financeira e a acúmulo de perdas que a categoria vinha sofrendo.

A crise não apagou as outras dimensões da luta. A APROPUC manteve-se na defesa da pesquisa, do contrato docente, da autonomia universitária e da participação democrática da comunidade. A associação também ampliou sua atuação para questões nacionais rela-



Capa do número 0 do jornal PUCviva

cionadas à educação e aos direitos dos docentes.

De conquistar a defender

Vista em conjunto, a trajetória dos anos 1990 revela uma transformação na natureza das lutas da APROPUC.

No início da década, a prioridade era recuperar perdas salariais e enfrentar ameaças imediatas aos direitos. Em seguida, a defesa das conquistas passou a dividir espaço com uma disputa mais ampla sobre o contrato docente, a pesquisa, a autonomia e a democracia universitária. Na segunda metade da década, a crise financeira voltou a ganhar centralidade, mas agora em uma escala que atingia diretamente a capacidade da Universidade de cumprir seus compromissos.

Também mudou a forma de lutar. Greves, ocupações e assembleias dos primeiros anos passaram a conviver com negociações nos órgãos colegiados, atuação na DRT e ações judiciais. Houve períodos de desmobilização e de reorganização. No final da década, esses diferentes instrumentos voltaram a se combinar diante do agravamento da crise.

Nem todas as lutas terminaram em vitória. Houve derrotas, atrasos que se prolongaram e direitos que não foram preservados. A aposentadoria especial dos professores universitários, por exemplo, foi retirada na reforma da Previdência. E os problemas financeiros da PUC-SP continuavam sem solução definitiva ao final de 1999.

Mas algumas referências importantes permaneceram. O contrato docente resistiu à tentativa de alteração de 1996; o Acordo

Interno continuou sendo defendido como instrumento de proteção dos direitos; a pesquisa permaneceu como dimensão do trabalho docente; e a participação da comunidade ganhou novos espaços na estrutura institucional.

Por isso, acompanhar os anos 1990 pelas páginas do PUCviva é acompanhar mais do que uma sequência de campanhas salariais. É acompanhar a transformação de uma luta: de recuperar perdas a defender direitos; de defender direitos a disputar as condições do trabalho docente; e, finalmente, de defender o trabalho a defender a própria Universidade.

Para a APROPUC dos anos 1990, defender professores era, ao mesmo tempo, defender a Universidade.

Notas metodológicas: Assistência de inteligência artificial: a limpeza do corpus, a análise quantitativa de palavras-chave por década, a busca textual direcionada e a elaboração de sínteses interpretativas deste documento foram produzidas com apoio do Claude, (IA da Anthropic), em interação direta e iterativa com a pesquisadora responsável (Elaine Alves Trindade). O processo foi supervisionado em cada etapa: a pesquisadora definiu o recorte temático e o recorte temporal por décadas, revisou e corrigiu os critérios automáticos de limpeza dos dados, e orientou os ajustes sucessivos das análises. O Claude executou scripts em Python, realizou as buscas no corpus e elaborou a síntese narrativa a partir dos trechos localizados. Todo o processamento foi orientado, analisado e revisado pela pesquisadora responsável. Para a redação final da matéria, além do Claude, também foi utilizado o ChatGpt (Openai) para análises comparativas de resultados e para a checagem dos dados.

Notas metodológicas: Assistência de inteligência artificial: a limpeza do corpus, a análise quantitativa de palavras-chave por década, a busca textual direcionada e a elaboração de sínteses interpretativas deste documento foram produzidas com apoio do Claude, (IA da Anthropic), em interação direta e iterativa com a pesquisadora responsável (Elaine Alves Trindade). O processo foi supervisionado em cada etapa: a pesquisadora definiu o recorte temático e o recorte temporal por décadas, revisou e corrigiu os critérios automáticos de limpeza dos dados, e orientou os ajustes sucessivos das análises. O Claude executou scripts em Python, realizou as buscas no corpus e elaborou a síntese narrativa a partir dos trechos localizados. Todo o processamento foi orientado, analisado e revisado pela pesquisadora responsável. Para a redação final da matéria, além do Claude, também foi utilizado o ChatGpt (Openai) para análises comparativas de resultados e para a checagem dos dados.

Candidatas do PSOL realizam debate na PUC-SP



A Dep. Fed. Luiza Erundina, no centro, e a Dep. Fed. Sâmia Bomfim em segundo plano, com professores da PUC e apoiadores

As deputadas Luiza Erundina e Sâmia Bomfim candidatas à reeleição pelo PSOL, participaram de um debate no campus Monte Alegre da PUC-SP. O evento, “A saída da Crise é pela Esquerda” foi organizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista, Neam, e pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Profissão, Netrab, ambos do

curso de Serviço Social.

O evento contou com a apresentação das professoras Bia Abramides e Raquel Raichelis do Serviço Social. Em sua fala, a deputada Luiza Erundina destacou a política como uma ação de sujeitos coletivos. Sobre o socialismo, Erundina afirmou “o socialismo são valores, princípios, é uma concepção de vida, são sonhos que ultrapassam

a nossa vida. Tem que se sonhar e sonhar grande. (...) O sonho do socialismo não é mudar um estado, uma cidade, um país, é mudar o mundo, é isso que me alimenta e me torna jovem apesar dos meus mais de 90 anos.”

A deputada Sâmia Bomfim destacou sua preocupação com as eleições brasileiras, uma vez que hoje há um ascenso da direita em toda a

América Latina. Para ela, os candidatos da extrema direita estão dispostos a tudo, inclusive a se aliarem aos imperialistas estadunidenses e entregar o nosso país a eles. “A extrema direita está disposta a entregar as riquezas do povo brasileiro para Trump, tudo em nome de salvar Jair Bolsonaro, tentando reverter a sua prisão”, afirmou a deputada.



**professor e funcionário,
filie-se à sua associação!**

Somente a participação efetiva na APROPUC e AFAPUC garante conquistas superiores à própria Convenção Coletiva, melhores condições de ensino e trabalho, contrato de trabalho diferenciado, manutenção de uma imprensa combativa, luta permanente por uma aposentadoria digna, entre tantas outras conquistas que só podem ser viabilizadas com uma associação forte e atuante.

SUA PARTICIPAÇÃO NA LUTA DE DOCENTES E FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS É FUNDAMENTAL!




ASSOCIE-SE:

PROFESSORES: www.apropucsp.org.br/ficha-de-associacao
 FUNCIONÁRIOS: <https://www.afapuc.org.br/formularios/>



PUCviva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Edição: Valdir Mengardo e Rafaela Serra

Reportagem: Rafaela Serra, Valdir Mengardo e Sthefane Mattos

Fotos: Sthefane Mattos

Revisão: João Batista Teixeira da Silva, Elaine Alves Trindade, Victoria C. Weischtordt e Ana Amélia da Silva

Arte: Valdir Mengardo, Rafaela Serra e Marina D'Aquino

Conselho Editorial: João Batista Teixeira da Silva, Elaine Alves Trindade, Victoria C. Weischtordt, Regina Gadelha, Rodrigo Mariano Costa e Rivaldo Carlos de Oliveira

APROPUC: Rua Bartira, 407 - Cep 05009-000 - Fone 3872-2685

AFAPUC: Rua Ministro Godoy, 1055 - Fone 3670-8208

PUCviva: Fone/WhatsApp: 3872-2685

Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br

Pucviva na internet: www.apropucsp.org.br